

ANÁLISE ACERCA DA BRANQUITUDE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E CURRICULARES: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista

Maria Luíza Amaral de Jesus Andrade¹
Yan Caique de Souza Barros²

RESUMO: No presente trabalho propõe-se uma aproximação com o alicerce teórico metodológico dos estudos acerca do conceito de branquitude nas práticas curriculares e pedagógicas. Assim, apresento inicialmente o pós estruturalismo como sendo uma corrente filosófica que propõe romper com as estruturas de poder, linguagem, saberes e conhecimentos que moldam a nossa ótica e a forma de agir e pensar diante do mundo. Posteriormente, trago a perspectiva teórica do conceito de branquitude no currículo à análise e a capacidade do mesmo em pensar práticas diversificadas pedagógicas e curriculares. Trata-se de uma pesquisa com revisão bibliográfica com o auxílio do aparato teórico dos seguintes autores(as): pensamentos de Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Maria Aparecida Bento, Lia Vainer Schucman, entre outros. Por conseguinte, constatamos que o currículo se configura como um instrumento de disputa, logo, os estudos acerca dos mesmos mencionados são formas de problematizar sua recorrência no ambiente escolar e os efeitos que sua invisibilização pode causar nas relações étnico-raciais.

Palavras-chave: Currículo; Branquitude; Práticas; Diversidades; Relações Étnico-Raciais.

ABSTRACT: This paper proposes an approach to the theoretical and methodological foundations of studies on the concept of whiteness within curricular and pedagogical practices. Initially, I present post-structuralism as a philosophical movement that seeks to break away from the structures of power, language, knowledge, and understanding that shape our worldview and our ways of acting and thinking about the world. Subsequently, I bring the theoretical perspective of the concept of whiteness in the curriculum to analysis, exploring its potential to inspire diversified pedagogical and curricular practices. This is a bibliographic review study, supported by the theoretical contributions of authors such as Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Maria Aparecida Bento, Lia Vainer Schucman, among others. Consequently, we find that the curriculum constitutes a field of dispute; therefore, studies such as those mentioned are ways of problematizing its recurrence in the school environment and the effects that its invisibilization may cause in ethnic-racial relations.

Keywords: Curriculum; Whiteness; Practices; Diversity; Ethnic-Racial Relations.

INTRODUÇÃO

O currículo assume múltiplos significados dentro do contexto educacional, sendo um deles o que podemos chamar de prática discursiva, conforme destaca Lopes e Macedo (2011) o currículo “trata-se de um discurso produzido na interseção entre diferentes discursos sociais e culturais que, ao mesmo tempo, reitera sentidos postos por tais discursos e os recria”. Desse

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Vitória da Conquista, Bahia. Pós-graduanda em Antropologia Cultural e Sociologia da Educação (Prominas).

E-mail: luizaandrade0702@gmail.com

² Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário de Tecnologia e Ciências (UniFTC), atua no contexto clínico a partir da abordagem fenomenológica-existencial, atualmente é mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UESB). E-mail: yan.caik@hotmail.com

modo, podemos identificar que as ideias presentes nas políticas curriculares acerca dos processos de ensino e aprendizagem estão sujeitas a maneira como a discussão de currículo vai se constituindo em cada comunidade, podendo o seu produto sofrer inferências que afetaram a qualidade do sistema educacional em ação.

A corrente do pós-estruturalismo rejeita a ideia de estruturas fixas e universais, argumentando que o comportamento humano é mais fluido e complexo do que sugerido pelo estruturalismo. Propõe a desconstrução de verdades absolutas, proporcionando uma visão mais crítica e reflexiva sobre o conhecimento e a aprendizagem, questiona as estruturas de poder dentro do sistema educacional, promovendo uma educação mais democrática e equitativa. Assim, essas ideias têm sido colocadas em prática em várias áreas da educação, desde o desenvolvimento curricular até a formação dos docentes, com o objetivo de criar um espaço de aprendizagem mais inclusivo e reflexivo.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância de compreensão de currículo enquanto um agente formador de condutas e normas estabelecidas dentro do cotidiano escolar, estando ele sujeito às relações de poder que visam a construção de uma organização disciplinar caracterizada por atravessamentos históricos, políticos e sociais. Desse modo, podemos afirmar que por ser um instrumento formador e gerenciador do cotidiano escolar, o currículo visa em todos os seus níveis o controle e a organização daquilo que constitui o espaço escolar - sujeitos, saberes, espaços e relações - entendendo que a formação de comportamento e de mentalidades é elemento fundamental para o controle da sociedade e cerceamento de indivíduos dentro de um espaço de disciplinarização, assim podemos afirmar que currículo é disputa, é conflito, e constitui-se enquanto um espaço de negociação, ora explícitas, ora ocultas (Santos e Moreira, 2020).

CURRÍCULO, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A BRANQUITUDE

Tendo em vista essa concepção de disputas que orbitam a constituição do currículo, propõe-se neste artigo busca entender a forma como a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) é pensada, compreendendo que a construção do currículo perpassa por lutas hegemônicas e que sua implementação faz vista a determinadas finalidades, desse modo, problematizar a estruturação do documento norteador da educação brasileira é de grande relevância para pensar como a perspectiva colonial ainda possui centralidade e poder nas construções curriculares, nesse sentido abordaremos o conceito de “branquitude” e suas implicações para a constituição curricular, buscando problematizar sua recorrência no ambiente escolar e os efeitos que sua invisibilização pode causar nas relações étnico-raciais.

A conceituação do que venha a ser branquitude torna-se importante, pois, não se é

possível impossibilitar a ideia de que pessoas brancas também são racializadas. Assim, as mesmas podem fazer parte do problema e são sinalizadas a se atentarem, mobilizarem e repensarem suas posições e privilégios socialmente. Entendo desse modo que o processo de colonização e a noção fictícia de superioridade branca, construída ao longo da formação histórica da nossa sociedade exercem influências significativas no nosso cotidiano, demarcando diferenças e mantendo o status quo de privilégios e vantagens que evidenciam a necessidade de problematização desse processo dentro da constituição curricular da educação brasileira.

Trabalhar as questões das relações Étnico-Raciais de forma não estereotipada para compreender que a branquitude é um instrumento da manutenção dos privilégios brancos e silenciá-la no currículo implica a colaboração para que esses alicerces de discriminação e preconceito se perpetuem. É necessário a crítica da branquitude possibilitando outros saberes que virão a ser produzidos, em prol da luta antirracista e de uma educação mais democrática.

Assim, adotamos aqui a interpretação de que os currículos da educação básica são instrumentos de disputa por um discurso hegemônico, e é através desse instrumento que as concepções da realidade são ou não legitimadas. Dessa maneira, a Lei 10.639/03 promove a ressignificação da historicidade brasileira, ao determinar que as escolas da Educação Básica passem a incluir em seus currículos oficiais a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro-Brasileira. Evidencia-se, que em uma perspectiva a referida Lei marca uma conquista em prol de uma igualdade epistemológica e racial, mas aponta um importante problema social, que é a própria falta de conhecimento/interesse do país em debater e conhecer as suas origens.

A referida legislação significa a materialização de um grande avanço no campo do currículo e das práticas pedagógicas para viabilizar os estudos acerca das relações étnico-raciais e das nossas raízes. “Não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade (Munanga, 2005).” À vista disso, deve-se pensar na escola, em destaque a pública, como um ambiente em que diferentes presenças se encontram, atores e atrizes políticos. E para isso, é imprescindível que o currículo que versa sobre a instrução desses futuros cidadãos em formação, considere a historicidade de um Estado racista, fruto de um processo colonizador e de uma pseudociência europeia que forjou a segregação e distinção entre os sujeitos de diferentes etnias, colocando o branco enquanto um ser dotado de qualidades e os não-branco em um lugar de subjugado.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para trabalhar os conceitos apresentados, utilizamos como aparato teórico autores que

trabalham com a temática das relações étnico-raciais, sendo os principais a Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Lia Vainer Schucman, Cida Bento, entre outros(as). Sendo a Lei 10.639, promulgada em 2003, um dos muitos frutos das lutas travadas pelo movimento em questão. A branquitude como resultado das relações coloniais, atua em determinada configuração, e age para que indivíduos brancos estejam em posições de poder, enquanto os não-brancos ocupem espaços de subalternidade.

Procurar compreender a maneira como os currículos oficiais são elaborados, auxilia-nos a refletir como a epistemologia eurocêntrica e colonial ainda obtém uma centralidade acerca de como enxergamos e entendemos o mundo e os outros. E ao buscar desnaturalizar sua existência no currículo e dar-lhe visibilidade, procuramos contribuir para uma reflexão sobre o papel da escola na luta antirracista, através de uma prática pedagógica mais pluralista e democrática.

Dessa forma, o cotidiano escolar e as suas práticas se constituem em um ambiente que ainda reproduz discursos de poder, e sua estrutura é extremamente assinalada pelos princípios eurocêntricos que regem um silenciamento dessas pautas que necessitam ser discutidas para o melhor entendimento acerca das dimensões do racismo e as consequências de suas práticas, entendo que abordar a noção de branquitude é fundamental para entender o jogo de relações que se estabelecem na proposição de políticas curriculares no contexto da educação básica.

[...] Assim é que, no marco do racismo, o sujeito branco depende da produção arbitrária do sujeito negro como “Outro” silenciado para se constituir, atualizando, a partir do binômio branco/negro, uma série de outras fórmulas binárias tais como bem/mal, certo/errado, humano/inumano, racional/selvagem, nas quais o negro não cessa de ser representado como mal, errado, inumano, selvagem. Dessa maneira, não é jamais o sujeito negro que está em questão, mas as imagens e narrativas dominantes produzidas desde um ponto-de-vista colonial acerca dele. (Mombaça, 2015)

Colocar em destaque uma perspectiva crítica acerca da implementação de currículos na educação básica no que tange os aspectos relacionados à disputa entre branquitude e negritude é urgente, entendo que o currículo é construído a partir da hegemonia do branqueamento impondo processos de subjetivação que endossam a visão colonial e corroboram para processos de silenciamento e dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, admitimos que somos pertencentes a uma sociedade intoxicada por preconceitos, e a educação não passará ileso por esse fator, assim, cabe pensar como a temática das relações étnico-raciais tem se inserido no currículo do ensino básico e quais suas implicações e possíveis desdobramentos para a construção das experiências escolares. Sendo assim, há a necessidade de trabalhar as questões das relações étnico-raciais de forma não estereotipada para

compreender que a branquitude é um instrumento da manutenção dos privilégios brancos, e silenciá-la no currículo implica na colaboração para que esses alicerces de discriminação e preconceito se perpetuem.

Debater tanto a branquitude e a negritude no currículo e no ensino básico escolar é uma forma de desnaturalizar a forma como os não-brancos são descritos socialmente. É convidar brancos/as a conhecerem suas próprias raízes históricas sem um ideal de poder e de superioridade. É possibilitar a criação de um espaço e de pautas para uma luta antirracista e promoção de um espaço escolar mais democrático e menos excludente. Ao buscar desnaturalizar sua existência no currículo e dar-lhe a sua verdadeira significação, com práticas pedagógicas mais diversificadas e inclusivas para a construção de espaços discursivos que promovam a conscientização dos processos históricos de nossa constituição enquanto uma sociedade marcada pelos efeitos adversos da colonização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996*, Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. *Teorias do Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo*. 3ª ed., 7ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. 160f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.